

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.297 - SC (2019/0148638-3)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**RECORRENTE : AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC**

**RECORRIDO : THIAGO ANTONIO DOS PASSOS SIIGOR  
SORRENTINO**

**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no julgamento de agravo de instrumento, assim ementado (fl. 33e):

**TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MULTAS E  
DEMAIS SANÇÕES E CONSTRIÇÃO/PENHORA/ AVALIAÇÃO /  
INDISPONIBILIDADE DE BENS.**

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 49/52e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa ao dispositivo a seguir relacionado, alegando-se, em síntese, que:

- Art. 782 do Código de Processo Civil - "[...] o § 5º do art. 782 do CPC, ao determinar que 'o disposto nos §§ 3º e 4º aplica-se à execução definitiva de título judicial', o fez com o objetivo de possibilitar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, também nos casos de cumprimento de sentença, uma vez que não houve essa previsão expressa na parte específica do Código que tratou do tema, e não no intuito de excluir essa alternativa das execuções de título extrajudicial" (fl. 59e). "[...] a decisão ora combatida deve ser reformada para que seja utilizado o sistema SERASAJUD, justamente porque a expedição de ofícios desprestigia o avanço tecnológico instituído pelo CNJ, indo de encontro à celeridade do processo e onera ainda mais o executivo fiscal." (fl. 66e).

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido (fls. 78/79e).

**Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do

provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, c, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

O tribunal de origem assentou que (fl. 34e):

*A decisão liminar neste agravo de instrumento resolveu suficientemente a matéria recursal:*

A inclusão do executado em cadastro de inadimplentes pelo Juízo tem previsão no § 3º do art. 782 do CPC: [A] requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.

Para operacionalizar tais atos desenvolveu-se o sistema informatizado Serasajud através de cooperação entre Serasa Experian e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), simplificando a tramitação das ordens judiciais de cadastro e atos decorrentes.

A providência a cargo do Juízo, todavia, restringe-se às hipóteses de execução definitiva de título judicial, nos termos do § 5º do art. 782 do CPC, o que é coerente com a limitação da atividade judicial no interesse específico das partes, considerando que na cobrança de título extrajudicial como ocorre na execução fiscal a inclusão do executado em cadastro de inadimplentes pode ser realizado pelo próprio exequente. É o caso deste processo.

Os arts. do CPC/15 apontados no acórdão recorrido dispõem:

*Art. 782. Não dispondo a lei de modo diverso, o juiz determinará os atos executivos, e o oficial de justiça os cumprirá.*

[...]

§ 3º *A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.*

[...]

§ 5º *O disposto nos §§ 3º e 4º aplica-se à execução definitiva de título judicial.*

Uma interpretação sistemática de tais dispositivos não leva à conclusão de que o procedimento por eles disciplinados tem aplicação apenas à execução de título judicial.

Por outro lado, a inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes, bem como a utilização de pesquisas no âmbito de sistemas como o BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, são mecanismos colocados a disposição dos credores para agilizar a satisfação dos créditos executados, quando frustradas as tentativas de busca por bens passíveis de penhora da parte executada.

Nessa linha:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. EXISTÊNCIA DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE ACERCA DO TEMA. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL (ART. 932 DO CPC/2015). TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RENAJUD. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS BUSCAS POR BENS DO DEVEDOR.**

(...)

2. O mesmo entendimento adotado para o Bacenjud, quanto à desnecessidade de esgotamento das buscas por bens do devedor, conforme assentado no julgamento do EREsp 1.086.173/SC (1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 1º.2.2011), deve ser aplicado ao Renajud, porquanto se trata de meio colocado à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.293.757/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018).

**PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA RENAJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

1. *Cuida-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, contra decisão que indeferiu pedido de consulta, por meio do sistema*

*Renajud, de veículos existentes em nome do executado.*

*2. O Tribunal a quo negou provimento ao Agravo de Instrumento.*

*3. Contudo, esclareça-se que esta "Corte, em precedentes submetidos ao rito do art. 543-C, firmou entendimento segundo o qual é desnecessário o esgotamento das diligências na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on line (sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD), em execução civil ou execução fiscal". (AgInt no REsp 1.184.039/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/4/2017) (grifo acrescentado).*

*4. Ademais, o STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.322.436, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 17/8/2015; REsp 1.522.644, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 1/7/2015; AgRg no REsp 1.522.840; Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/6/2015; REsp 1.667.420/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 14/6/2017; AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017; AgInt no REsp 1.184.039/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/4/2017; REsp 1.347.222/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 2/9/2015; REsp 1.522.678, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 18/5/2015, e REsp 1.582.421/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/5/2016.*

*5. Atualmente, a questão se encontra pacificada, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos.*

*6. Recurso Especial provido.*

*(REsp 1.679.562/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 13/09/2017).*

Desse modo, impõe-se reconhecer o cabimento do pleito de inclusão de devedor no cadastro de inadimplentes (Sistema SERASAJUD), em executivo fiscal, impondo-se o retorno dos autos, a fim de que o tribunal de origem examine a viabilidade do petitório, no caso concreto.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, c, e 255, III, ambos do RISTJ, **CONHEÇO E DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, nos termos da fundamentação apontada.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

Relatora

